

Arranjos Produtivos Locais e Representação de Interesses no Turismo

Local Productive Arrangements and Representation of Interests in the Tourism

Cecilia Alves da Silva Antero*, Magnus Luiz Emmendoerfer**, Elias José Mediotte***, Valdir Roque Dallabrida****

* Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, cecilia.antero@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Viçosa - UFV, magnus@ufv.br

*** UFV, eliasmediotte@gmail.com

**** Universidade Federal do Paraná - UFPR, valdirdallabrida@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v55i0.81577>

Resumo

O objetivo é compreender a representação de interesses nos Arranjos Produtivos Locais - APLs a partir do Turismo. Foi realizada uma pesquisa intersubjetiva, interpretativista e qualitativa com revisão sistemática integrativa tendo como método o estudo de caso. Nos APLs de turismo de Ouro Preto e Tiradentes foram coletados dados primários e secundários por meio de entrevista com roteiro semiestruturado e pesquisa documental. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Como resultados, verificou-se, no nível de atuação local, um contexto favorável para o relacionamento. Observou-se a escassa participação dos representados e a dos representantes com quórum. Depreende-se que as ações realizadas refletem os interesses daqueles que participam. Os representantes, apesar do envolvimento, não apresentam reivindicações ou propõem ações voltadas para desenvolvimento ao Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. Como conclusões, constatou-se que o contexto favorável para o relacionamento é importante e necessário, porém o exercício efetivo do papel dos representantes e representados revela-se condição *sine qua non* para o desenvolvimento dos APLs e do turismo *per se* nos municípios estudados.

Palavras-chave: Governança Territorial, Políticas Públicas, Ação Coletiva, Cidades Turísticas.

Abstract

The aim is to understand the representation of interests in Local Productive Arrangements (LPAs) from Tourism. This is an intersubjective, integrative systematic review using the case study method. The tourism LPAs of Ouro Preto and Tiradentes, Minas Gerais, Brazil, collected primary and secondary data through interviews with a semi-structured script and documentary research. It used the content analysis technique. As a result, there was a favorable context for the relationship at the local level. Observed that the participation of those represented is low whereas the representatives have a quorum. Because of that, the actions taken reflect the interests of those who participate. The representatives, despite their involvement, do not present any claims or propose measures aimed at the development of the Municipal Tourism Council (COMTUR). In conclusion, a favorable context

for the relationship is essential and necessary. Still, the effective exercise of the role of representatives and represented reveals *sine qua non* condition for developing LPAs and tourism *per se* in the municipalities studied.

Keywords: Territorial Governance, Public Policies, Collective Action, Touristic Cities.

I. INTRODUÇÃO

Aglomeraciones de organizações tem recebido diferentes denominações: distrito industrial inglês (MARSHALL, 1982), distrito industrial italiano (BECATTINI, 1994), *cluster* (PORTER, 1998; SCHMITZ, 1997) e *milieux innovateur* (AYDALOT, 1986) e têm sido objeto de análise a partir de diferentes óticas, com destaque a suas contribuições para o desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2017). No Brasil, essas aglomerações são comumente identificadas como Arranjos Produtivos Locais (APLs): aglomerações territoriais de atores econômicos, políticos e sociais, focalizadas em um conjunto específico de atividades econômicas, com vinculações mesmo que incipientes (CASSIOLATO e LASTRES, 2003).

A relevância dos APLs pode ser confirmada nos estudos que discutem sobre políticas públicas (SOUZA, 2006) para promoção do desenvolvimento, a exemplo de Teixeira (2008), Castro e Gonçalves (2014), Garone et al. (2015) e Antero et al. (2020). O governo, na sua função de promover o desenvolvimento, direciona suas ações para as aglomerações de empresas, uma vez que as políticas públicas de fomento são mais efetivas do que quando direcionadas às empresas individualmente (BRASIL, 2020). Desenvolver políticas públicas para apoiar os APLs tornou-se uma alternativa para otimizar a atuação do governo, pois tende a promover o desenvolvimento do recorte territorial onde o APL se situa (ANTERO; EMMENDOERFER; DALLABRIDA, 2020). Os estudos de Baptista e Alvarez (2007) e Campos, Trintin e Vidigal (2009) reforçam o entendimento de que apoiar APLs é uma alternativa apropriada para fomentar o desenvolvimento de seu recorte territorial, aplicável em diferentes setores produtivos, inclusive socioculturais (SILVA; FERNANDES; PAIVA JÚNIOR, 2020).

O reconhecimento das contribuições dos APLs para o desenvolvimento é feito tanto por acadêmicos como por formuladores de políticas públicas, os quais destacam que, em função dos desafios inerentes aos APLs, há necessidade de identificar alternativas para otimizar a organização e condução de ações em prol do desenvolvimento (TEIXEIRA, 2008; CASTRO e GONÇALVES, 2014; BRASIL, 2020). Estes trabalhos discutem a capacidade de fomentar o desenvolvimento do APL e alternativas para superar os desafios que lhe são inerentes e há maior ênfase na cooperação e na coordenação em detrimento da representação. Antero (2020) menciona que cooperação, coordenação e representação são elementos inerentes aos processos e procedimentos realizados, pelos atores do APL, na busca da otimização das referidas ações. Entretanto, observa-se a

necessidade de melhor compreender a representação e contribuir com o campo de estudos ao oferecer entendimentos sobre a temática, uma vez que este tema pode contribuir como fator formador das dimensões de desenvolvimento territorial, mas ainda não tem sido tratado de forma explícita e singular na literatura especializada (SILVA e MARTINELLI, 2021).

Diferentes abordagens teóricas discutem a representação, em termos, social (MOSCOVICI, 1978), política (PITKIN, 1967) e de interesses (objeto deste estudo), as quais possibilitam compreender, de formas diferenciadas, as relações que os atores do APL estabelecem. Essa teoria seria útil para identificar o sentido atribuído pelos atores sobre ou a partir de um APL acerca de um fato social específico. A representação política permite compreender os processos relativos à representação que ocorre no contexto externo ao APL, conectando-o ao Estado. Tais processos são pensados e implementados para fomentar o desenvolvimento do APL por um representante selecionado pelo Estado para o exercício dessa representação, como por exemplo o representante do conselho gestor de políticas públicas (ANTERO, 2020).

A representação de interesses também envolve considerar a relação do APL com o Estado. Entretanto, centra-se na conexão estabelecida por associações, sindicatos e similares, a necessidade de apresentar reivindicações de seus representados aos governos e organizações públicas, que no caso dos APLs estariam relacionadas a realização de ações para a promoção do desenvolvimento (DALLABRIDA, 2017). De posse desses entendimentos, tem-se como hipótese de que a abordagem adequada ao estudo pretendido é a representação de interesses e como tal deve ser compreendida com base na sua estrutura e no seu viés. A primeira refere-se à contagem das organizações que exercem representação de interesses e das organizações pertencentes ao Estado com as quais elas interagem (LOWERY e GRAY, 2004a). O segundo refere-se à relação entre as reivindicações dos representados e as ações realizadas pelos representantes para atendê-los (LOWERY e GRAY, 2004a).

Diante do exposto, assumiu-se como objetivo compreender a representação de interesses nos APLs do Turismo. Assim, será possível entender como é a representação de interesses nesse contexto específico, em que pese a identificação dos atores que exercem a representação, das organizações com as quais esses atores estabelecem relacionamentos, das formas de interação entre representante e representado e como essa interação, se existente, influencia o exercício da representação de interesses e conseqüentemente a realização de ações em prol do desenvolvimento territorial. Escolheu-se APLs do Turismo por ser um setor capaz de existir em diferentes regiões e países, bem como induzir dinâmicas voltadas ao crescimento econômico (KHAN, 2020), com implicações socioambientais rápidas por meio da geração e ampliação de empreendimentos, trabalho,

emprego e renda, ao congregar múltiplas atividades produtivas (transportes, meios de hospedagem, alimentos e bebidas, recreação, entretenimento, lazer, saúde, limpeza, segurança, preservação e manutenção etc.). Além disso, o tema representação de interesses não tem sido objeto de estudos sobre APLs no contexto do turismo que tem se concentrado em aspectos como a coordenação, cooperação e desenvolvimento do setor (TOMAZZONI, 2009), em termos de sua governança (XAVIER et al., 2021) e em escala territorial regional (SOUSA-SANTOS e SILVA-PEREIRA, 2020).

Para alcançar o objetivo observou-se seu posicionamento envolvendo a relação entre Estado e sociedade e optou-se por organizá-la a partir de temas como redes de políticas públicas - *policy networks* (RHODES, 1990; VAN WAARDEN, 1992; KNOKE e YANG, 2019), organizações de interesses (ALMOND, 1983; GRAY e LOWERY, 1996; BINDERKRANTZ; FISHER; PEDERSEN, 2016) e representação de interesses (DENZAU e MUNGER, 1986; LOWERY e GRAY, 2004b; ANTERO, 2020). Neste sentido, este referencial teórico possibilitou a elaboração de um *framework*, no qual são expostos conceitos necessários para a compreensão da representação de interesses em APLs, para além do aspecto da negociação (SILVA e MARTINELLI, 2021).

Neste sentido, este *framework* será apresentado a partir da seção metodológica, podendo ser considerado aqui como um dos principais aspectos de avanço teórico-empírico dos estudos sobre o tema, incluindo a possibilidade de identificação e caracterização de APL no Turismo.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caso múltiplo de abordagem qualitativa inserido no posicionamento ontológico intersubjetivo (SACCOL, 2009). Para o embasamento teórico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com base em Kitchenham e Charters (2007), a qual empregou-se tanto a lógica dedutiva (revisão sistemática integrativa) quanto a indutiva (identificação de autores basilares que auxiliaram na elaboração do *framework*, apresentados na seção anterior).

Definiu-se como unidades de análise os APLs de turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais, em função de sua posição de destaque no mapa do turismo, em que pese o desempenho econômico do turismo nos municípios (BRASIL, 2019) e da proximidade geográfica. Vale ressaltar que o estado de Minas Gerais tem ocupado posição de destaque nacional em termos de políticas públicas para o desenvolvimento territorial por meio de APLs desde 2006 (ANTERO et al., 2020).

Realizou-se pesquisa de campo onde foram coletados, em julho de 2019, os dados primários por meio de entrevista com roteiro semiestruturado, que permitiram realizar anotações complementares por meio de

observação não participante. Dados secundários foram indicados pelos participantes da pesquisa (BALDIN e MUNHOZ, 2011) que atuam em APLs do turismo, os quais foram acessados por meio de pesquisa documental na internet (COOPER e SHINDLER, 2016). Os documentos analisados foram legislações, atas dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) referentes ao período 2016-2019, relatórios de entes governamentais municipais, estadual e federal, citados no corpo e nas referências deste artigo.

Os participantes da pesquisa, atores dos APLs de turismo com condição de contribuir para a compreensão do fenômeno investigado, foram selecionados pelo critério de acessibilidade e não probabilístico e pela concordância em participar deste estudo com aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no Brasil (parecer: 3.396.243). Os participantes com suas vinculações organizacionais e ocupacionais foram nominados neste estudo como: Entrevistado 01, Entrevistado 02, Entrevistado 03 e assim sucessivamente, vide Quadro 1.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

IDENTIFICAÇÃO	ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE	OCUPAÇÕES
Entrevistado 01	Serviço Social da Indústria - Centro Cultural SESI Minas Yves Alves (Centro Cultural Yves Alves)	Produtor Cultural
Entrevistado 02	Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET)	Vice-Presidente
Entrevistado 03	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ET Tiradentes (IPHAN ETT)	Chefia Técnica
Entrevistado 04	Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP)	Gestor do Planejamento Estratégico
Entrevistado 05	Associação de Moradores do Bairro Alto da Torre (AMAT)	Presidente
Entrevistado 06	Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP): Secretaria Municipal de Turismo (SECMTUR)	Secretário Municipal de Turismo
Entrevistado 07	Prefeitura Municipal de Tiradentes (PMT): Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECMTUR)	Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Entrevistado 08	Federação de <i>Convention & Visitors Bureaux</i> do Estado de Minas Gerais (FC & VB)	Secretário Executivo
Entrevistado 09	Prefeitura Municipal de Tiradentes (PMT): Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECMTUR)	Presidente do COMTUR
Entrevistado 10	Prefeitura Municipal de Tiradentes (PMT): Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECMTUR)	Prefeito Municipal
Entrevistado 11	Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais (SINDETUR MG)	Presidente
Entrevistado 12	<i>Convention & Visitors Bureau</i> (C & VB)	Presidente
Entrevistado 13	Associação das Senhoras Artesãs (ASA)	Tesoureiro
Entrevistado 14	Associação das Senhoras Artesãs (ASA)	Presidente
Entrevistado 15	Associação Comercial e Empresarial de Minas (AC Minas): Conselho Empresarial de Turismo (COEMTUR)	Presidente
Entrevistado 16	Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Minas Gerais (FHOREMG)	Presidente
Entrevistado 17	Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP)	Presidente
Entrevistado 18	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais - Regional Circuito do Ouro (AIBH OP)	Vice-Presidente
Entrevistado 19	Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET)	Presidente
Entrevistado 20	Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais (FEDERAMINAS)	Superintendente
Entrevistado 21	Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT)	Diretor
Entrevistado 22	Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP): Conselho Consultivo do Paço da Misericórdia Centro de Artes e Fazer de OP (COMPAÇO)	Vice-Presidente
Entrevistado 23	Associação Feira de Artesanato Tiradentes (AFAT)	Presidente
Entrevistado 24	<i>Convention & Visitors Bureau</i> (C & VB)	Diretor Executivo

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O roteiro de entrevista com os participantes descritos na Quadro 1 envolveu questões sobre estrutura (representante: organização de interesses e representado), viés (relacionamento, reivindicações e ações realizadas) da representação de interesses, as quais foram tratadas como categorias analíticas nesta pesquisa, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Análise Temática da Representação de Interesses

CONCEITOS	DESCRIÇÃO	APLICAÇÕES
Estrutura (LOWERY e GRAY, 2004a)	Forma como a representação de interesses é organizada tendo em vista a quantidade de organizações de interesse existentes.	Realizar a identificação, contagem e classificação das organizações de interesse.
Representante (Organizações de interesse)	Ator responsável por exercer a representação de interesses.	Identificar os representantes presentes em determinado contexto.
Tipo (VAN WAARDEN, 1992; BINDERKRANTZ; FISKER; PEDERSEN., 2016)	As organizações de interesse podem ser classificadas como Organizações de Interesse de Negócio, representam interesses relativos à vocação ou profissão de seus membros, e Organizações de Interesse do Cidadão.	Classificar as organizações de interesse.
Nível de atuação (VAN WAARDEN, 1992)	Refere-se ao recorte espacial em que o representante atua, podendo ser local, regional, estadual, nacional e supranacional.	Identificar em que nível o representante exerce suas atividades e se há relação entre representantes de diferentes níveis.
Atividades (VAN WAARDEN, 1992)	Diz respeito às atribuições do representante.	Identificar as atividades desempenhadas bem como analisar se elas são convergentes com o tipo de representação exercida e se há complementariedade ou sobreposição de atividades entre diferentes representantes.
Representado	Membros das organizações de interesse em nome de quem o representante fala.	Identificar os representados presentes em determinado contexto.
Tipo (BINDERKRANTZ; FISKER; PEDERSEN, 2016)	Os representados são classificados conforme a organização de interesse a qual pertencem, podendo ser membros, associados e ou filiados.	Identificar e diferenciar os representados presentes em determinado contexto.
Vies (LOWERY e GRAY, 2004a)	Resultado entre o que é reivindicado pelos representados e o que é realizado pelo representante.	Saber em que medida o representante atende ao seu representando.
Relacionamento (VAN WAARDEN, 1992; FISKER, 2015)	Diz respeito às diferentes formas de interação existentes entre diferentes representantes e entre representantes e representados.	Identificar e classificar as formas de interação existentes entre diferentes representantes e entre representantes e representados.
Meios para interação (VAN WAARDEN, 1992; DENZAU e MUNGER, 1986; LOWERY e GRAY, 2004a; FISKER, 2015)	Formas que os representantes utilizam para estabelecer a comunicação com os representados.	Identificar, contar e classificar os meios para interação. Observar a utilização e efetividade deles.
Participação (LOWERY e GRAY, 2004a)	Refere-se ao envolvimento dos representantes e representados nas diferentes atividades realizadas.	Identificar e classificar a participação. Saber quem participa, como participa e conhecer os motivos da participação e da não participação.
Padrão (VAN WAARDEN, 1992)	O relacionamento pode ocorrer de formas diferenciadas: padrão de ligações, a intensidade, a densidade e a centralidade.	Conhecer a forma de relacionamento predominante e identificar se ela contribui para a atividade do representante e como.
Reivindicações	Demandas apresentadas pelos representados aos representantes.	Conhecer as reivindicações apresentadas e analisar sua convergência com a organização de interesse.
Tipo (VAN WAARDEN, 1992)	As reivindicações podem ser classificadas como reivindicações do cotidiano e reivindicações de planejamento.	
Ações realizadas	Atividades desempenhadas pelos representantes.	Conhecer as atividades desempenhadas e analisar sua convergência com a organização de interesse.
Tipo (VAN WAARDEN, 1992)	As atividades desempenhadas pelos representantes podem ser classificadas como ações do cotidiano e ações de planejamento.	

Fonte: Elaboração própria com base no referencial teórico.

Essas questões compuseram as categorias e as subcategorias de análise definidas a priori, conforme informações descritas no *framework* elaborado a partir da revisão de literatura indicada na Quadro 2 e sintetizado de forma ilustrada, com inspiração no pensamento visual (*design thinking*), na Figura 1.

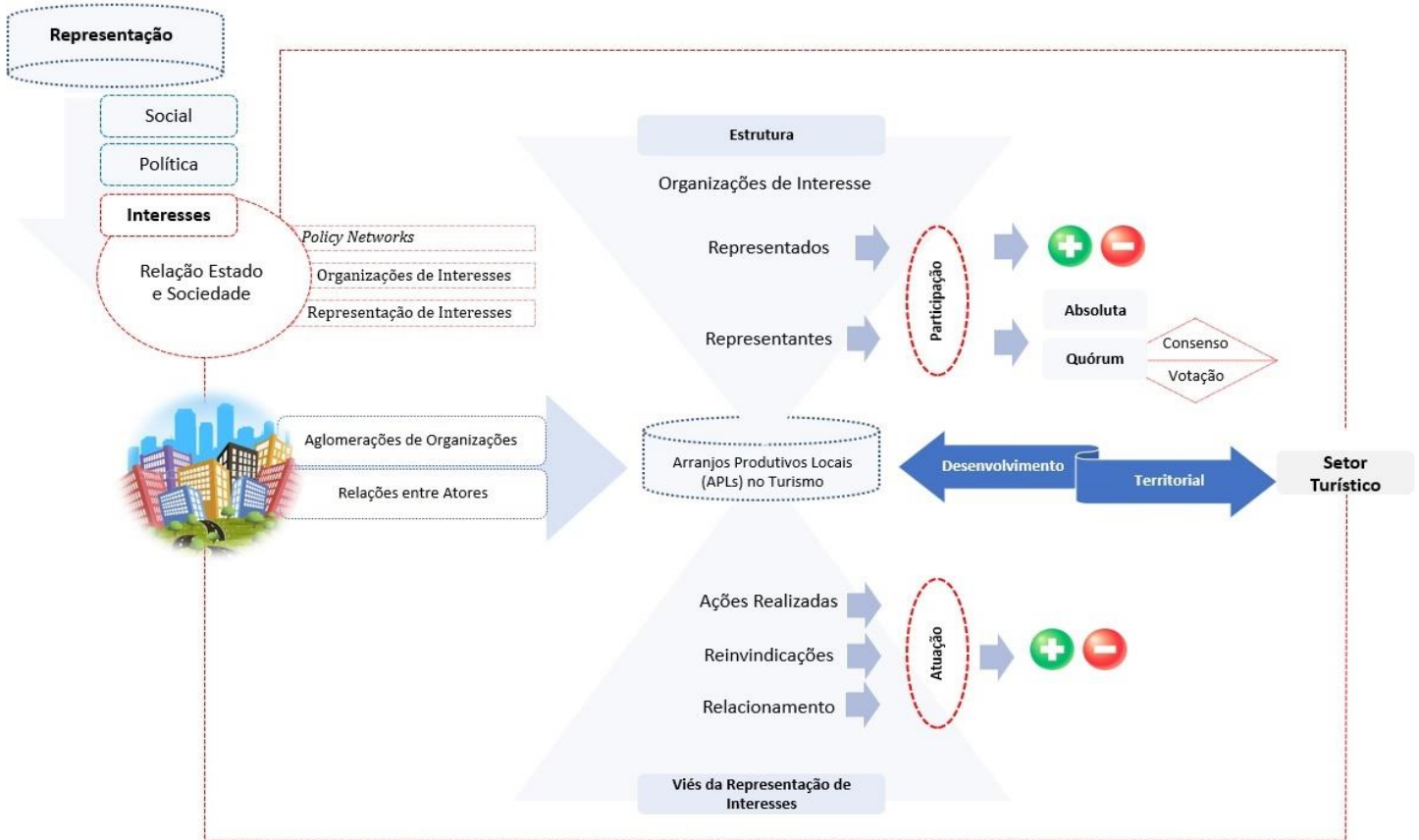


Figura 1 - Framework da Representação de Interesses em APL do Turismo. Fonte: Elaboração nossa.

De acordo com o *framework* apresentado na Figura 1, para além das abordagens teóricas centradas nas perspectivas social e política, focalizou-se neste estudo na concepção de representação pautada nos interesses, a qual abrange a relação entre Estado e sociedade. Esta, por sua vez, contempla a compreensão da representação por meio da temática das *policy networks*, das organizações de interesse e a própria representação de interesses, enquanto prismas conceituais para a análise de APLs. Assim, a concepção de APLs no turismo, englobaria as aglomerações de organizações e relações entre atores econômicos, políticos e sociais, podendo tal concepção servir de subsídio para políticas de fomento e desenvolvimento.

As duas categorias dos APLs, identificadas a partir da literatura analisada, e exploradas neste trabalho, são nominadas como estrutura e viés da representação de interesses. Tais categorias apontam para suas subcategorias patentes, às quais foram indicadas no *framework* (Figura 1), respectivamente: organizações de interesse, representados e representantes; e, ações realizadas, reivindicações e relacionamento. Especificamente no contexto de representantes e representados, sinaliza-se para a participação, que pode ser maior ou menor acerca dos representados e, absoluta ou por quórum, entre os representantes. Esta última, por meio de consenso ou votação. Não obstante, a perspectiva das ações realizadas, das reivindicações e

relacionamentos, corresponde às atuações, que podem ser maiores ou menores, a depender dos interesses dos atores que constituem os APLs.

Logo, a contextualização ilustrada no *framework* (Figura 1) sob a ótica da representação de interesses, a partir da revisão de literatura examinada, preconiza que tal arcabouço supracitado, no âmbito dos APLs, possui implicações no desenvolvimento territorial, notadamente orientadas para o setor turístico. Nesta direção, prosseguiu-se para a organização dos dados primários coletados, utilizando a técnica de análise de conteúdo (LAVILLE e DIONNE, 1999; BARDIN, 2015) com o suporte dos *softwares* Voicemeeter® na versão 1.0.6.8. e IRaMuTeq®, na versão 0.7.2.0, ambos de acesso livre para a transcrição. Isso permitiu realizar a análise temática das subcategorias, com grade mista, pela interpretação qualitativa de emparelhamento (BARDIN, 2015), com base na Quadro 2 anteriormente apresentada, tendo a frase como unidade de análise e a palavra como subunidade de recorte de conteúdo.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção foram apresentadas as informações relativas à estrutura e ao viés da representação de interesses em APLs no contexto do turismo estudado.

Estrutura da representação de interesses em APL do turismo

Quanto à estrutura da representação de interesses são expostas informações sobre as organizações de interesse que compõem os APLs do Turismo estudados em cada município e seus respectivos representantes/representados, bem como a forma de seleção/indicação dos mesmos.

Sobre as organizações de interesse, observou-se que o setor do turismo é institucionalizado, tendo em vista a identificação de organizações de interesse com foco de atuação diferenciado. As organizações de interesse atuam de forma articulada, pois não foram identificadas atuações sobrepostas ou divergentes. Observou-se na pesquisa de campo em interação com os participantes da pesquisa e pelas narrativas das entrevistas uma convergência de esforços para apoiar a atividade turística. Tal situação, para Lowery e Gray (2004b), é justificada por fatores contextuais. A vocação de uma atividade e sua influência no desenvolvimento tende a fazer com que diferentes organizações de interesse atuem nas localidades estudadas, vide Quadro 3.

Quadro 3 - As organizações de interesse e seus respectivos representados

Municípios	Organizações de interesse	Forma de Seleção do Representante	Representados
Ouro Preto	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)	Assembleia Geral	Meios de hospedagem de Ouro Preto e Circuito do Ouro
	Associação Comercial de Ouro Preto (ACEOP)	Assembleia Geral	Organizações
	Associação das Senhoras Artesãs (ASA)	Assembleia Geral	Artesãs associadas
	Conselho Municipal Gesto do Paço da Misericórdia -Centro de Artes e Fazeres (COMPAÇO)	Indicação da Administração Pública/Sociedade Civil	Artesãos
	Convention & Visitors Bureau (C&VB)	Assembleia Geral	Organizações do setor do turismo de Ouro Preto e Circuito do Ouro
	Secretaria Municipal de Turismo (SECMTUR)	Indicação da Administração Pública	Atores da cadeia do turismo de Ouro Preto e Circuito do Ouro
Tiradentes	Associação Feira de Artesanato Tiradentes (AFAT)	Assembleia Geral	Artesãos
	Associação de Moradores do Bairro Alto da Torre (AMAT)	Assembleia Geral	Moradores do bairro, podendo atender todos da cidade
	Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET)	Assembleia Geral	Organizações
	Centro Cultural Yves Alves	Processo Seletivo Privado	Toda a comunidade (moradores e turistas)
	Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	Assembleia Geral	Sociedade civil
	Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT)	Assembleia Geral	Patrimônio
	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Concurso Público	Patrimônio
	Secretaria Municipal de Turismo (SECMTUR)	Indicação da Administração Pública	Sociedade civil

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As organizações de interesse podem ser tipificadas como pequenas, médias e grandes considerando a atuação no nível local, estadual ou nacional, respectivamente. A força para influenciar o processo político aumenta conforme o nível de atuação, transitando do local para o nacional (VAN WAARDEN, 1992). Logo, as organizações de interesse presentes em Ouro Preto e Tiradentes são classificadas como pequenas e fracas. A esse respeito, Van Waarden (1992) afirma que as organizações devem estabelecer vínculos com os diferentes níveis de atuação para aumentar sua influência.

Quanto ao tipo de organização de interesse, observou-se a existência de muitas organizações de interesse de negócio e a sub-representação destas de interesse de cidadãos, corroborando com o entendimento de Binderkrantz, Fisker e Pedersen (2016). Para Lowery e Gray (2004b), esse contexto é explicado por dois fatores: os altos custos para desenvolver a atividade e o maior engajamento das organizações de interesse de negócio. Como implicação Lowery e Gray (2004b) destacam a tendência de ocorrer a predominância dos interesses econômicos em detrimento aos interesses dos cidadãos, pois os representantes dos primeiros vão exercer domínio sobre os debates relativos ao turismo.

Foram identificadas as seguintes organizações de interesse de negócio: ASA, ACEOP, ABHI e C&VB, em Ouro Preto, e AFAT e ASSET em Tiradentes. Evidenciando-se que em Ouro Preto há um contexto mais propício à especialização (FISKER, 2015) e em Tiradentes as organizações de interesses tendem a ter dificuldades de estabelecer um foco em um setor específico por precisarem atender representados com interesses diferenciados.

No que tange aos representantes, foram consideradas as informações relativas ao local, ao sexo, à idade, ao tipo de trabalho desempenhado, à renda bruta mensal quando o trabalho é remunerado, ao tempo de atuação, à escolaridade e à área de formação. Foram identificados atores com condições de fornecer informações relevantes para a compreensão do fenômeno investigado. Observou-se que os representantes estão preparados para o desenvolvimento da atividade a qual se propõe, muito em função do seu nível de escolaridade, área de formação e pelo tempo de atuação. Especificamente, no que diz respeito à forma de seleção dos representantes, constatou-se a adequação das opções de seleção adotadas ao tipo de organização e a observação das orientações legais para fazê-los.

Quanto aos representados, foi possível organizá-los a partir de suas organizações de interesse. Observou-se que, tanto em Ouro Preto quanto em Tiradentes, os empresários têm melhores condições para fazer valer seus interesses nos debates, discussões e deliberações relacionadas ao turismo, muito em função do maior número de organizações que os representam, ao contrário do que tende a ocorrer com os cidadãos. Binderkrantz, Fisker e Pedersen (2016) e Lowery e Gray (2004b) comentam que apesar desse contexto refletir uma realidade em termos de representação de interesses, há necessidade de provocar a mobilização dos cidadãos para criar alternativas ao exercício da representação de seus interesses. Sabe-se que os efeitos e impactos da atividade turística devem contemplar e alcançar os cidadãos.

O viés da representação de interesses em APL do turismo

Para abordar sobre o viés da representação de interesses, optou-se por expor as informações sobre o relacionamento entre representantes das organizações de interesse e de outras para comentar de forma sintética o relacionamento entre representantes e representados.

Para compreender o relacionamento entre representantes e representados, optou-se por identificar os diferentes meios para interação existentes nas organizações de interesse. Observou-se que nas duas localidades são utilizadas formas tradicionais (reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e email) e modernas (Facebook, Instagram e WhatsApp) de comunicação, o que permite que representados utilizem diferentes alternativas para

estabelecer contato com seus representantes. Tais aspectos foram observados durante a coleta de dados desta pesquisa *in loco*.

Assim, entendeu-se que há um contexto favorável ao relacionamento entre os representantes e representados em função dos diversos meios de interação que podem ser acionados, pelos últimos, para contatá-los para apresentar suas reivindicações, segundo indicação de Van Waarden (1992). Essas diferentes formas de relacionamento é que vão auxiliar os representantes das organizações de interesse no desenvolvimento de suas atividades. Tais informações possibilitam compreender melhor a participação dos representados, pois a obtenção de benefícios por parte dos representados tem relação com sua participação. E para observar as diferentes organizações com as quais os representantes das organizações de interesse de Ouro Preto e Tiradentes se relacionam, considerou-se as interações nos níveis de atuação nacional, estadual e local.

No nível de atuação nacional, ACEOP, em Ouro Preto, e ASSET, em Tiradentes, relacionam-se com Ministério Público Federal buscando soluções para questões que não são resolvidas no município. Já no nível de atuação estadual, constatou-se que a ACEOP contata a Secretaria de Desenvolvimento Econômico visando apoio para ações específicas e a ASA procura o apoio da Federação de Artesanato de Minas Gerais (FAM) para a participação em feiras, exposições e viagens. Esses resultados confirmam o entendimento de Van Waarden (1992) que destaca que os representantes das organizações de interesse acionam outras organizações, que podem estar situadas em níveis de atuação diferentes, para consulta ou troca de informações, bem como para apresentar demandas junto ao Estado, principalmente.

Destaca-se o fato de que tais organizações devem estar vinculadas para que essa iniciativa seja convergente como os pressupostos da representação de interesses. Constatou-se que somente a ASA age em conformidade com tais pressupostos. Nos demais casos, tem-se o estabelecimento de contato com organizações públicas, espaço no qual ocorre a representação de interesses. Uma vez que as organizações do nível de atuação local são consideradas pequenas e mais fracas que as presentes nos demais níveis, elas terão pouca probabilidade para influenciar o processo político caso não estejam vinculadas (VAN WAARDEN, 1992).

O relacionamento estabelecido com organizações dos níveis de atuação estadual e nacional, tendo em vista o padrão de conexões, foi classificado como caótico, por ser extraordinário e descontinuo. Esse tipo de relacionamento, ao contrário do que imaginam os representantes, dificilmente terá como resultado a influência no processo político, pois as organizações de interesse não são fortes o suficiente para atuar no nível estadual e nacional.

No nível de atuação local, foram identificadas diferentes perspectivas para analisar o relacionamento entre representantes: o padrão de conexões, a intensidade, a densidade e a centralidade. Tanto em Ouro Preto como em Tiradentes, o padrão de conexões foi considerado ordenado, pois observou-se a existência de uma estrutura adequada para o relacionamento: interação com diferentes organizações, meios para interação e continuidade do relacionamento (ordinário). Em todas as organizações de interesse a percepção sobre a qualidade do relacionamento é positiva, uma vez que há condições adequadas para a interação, entendimento da necessidade de debate para uma deliberação assertiva e convergência de interesses, pois todos atuam em prol do turismo, mesmo que indiretamente (Entrevistado 05; Entrevistado 09, comunicação pessoal, 2019).

Esses achados, conforme indica Van Waarden (1992), evidenciam a existência de um contexto que favorece o relacionamento entre os representantes e, por consequência, tende a facilitar o desenvolvimento do processo político. Especificamente, para os representantes das organizações de interesses, quando se identifica um relacionamento cujo padrão de conexões é ordenado, entende-se que eles terão melhores condições para influenciar o processo político.

No que se refere à intensidade de relacionamento, em Ouro Preto observou-se a existência com conselhos (COMTUR) e secretarias (SECMTUR), ao passo que em Tiradentes é identificada somente com os conselhos. A esse respeito, Fisker (2015) comenta que a força da relação está relacionada com a obtenção de benefícios para a organização de interesse e seus membros. Dessa forma, seus representantes têm mais condições de influenciar o processo político nos conselhos e nas secretarias que nas demais organizações com as quais mantêm relacionamentos menos intensos. E Van Waarden (1992) pondera que quanto maior a intensidade ocorre melhor o relacionamento.

Sobre a densidade, que se refere à múltiplas conexões entre os atores, especificamente sobre os representantes da ACEOP, ABHI e C&VB, em Ouro Preto, e AFAT e ASSET em Tiradentes, averiguou-se que eles estão presentes em diferentes organizações exercendo a representação de interesses, o que possibilita afirmar que há densidade no relacionamento. Logo, conforme indicação de Van Waarden (1992), considera-se que em função da extensão em que os atores estão conectados por múltiplas relações é identificado um contexto que facilita o acesso ao processo político, a apresentação de reivindicações por parte dos representantes e a obtenção de benefícios.

Outro fator considerado para a análise do relacionamento foi a centralidade. Foram identificados contextos diferenciados. Em Ouro Preto, não se identificou um ator que ocupa posição central, o relacionamento é caracterizado como pluricêntrico, pois COMTUR e SECMTUR estão no centro das interações.

Em Tiradentes, o relacionamento é centralizado no COMTUR, sendo categorizado como unicêntrico. Para Van Waarden (1992) ambas as situações são possíveis e permitem entender que, no primeiro caso, os representantes podem especializar sua atuação apresentando reivindicações específicas para cada organização; e, no segundo caso, pode existir um número maior de representantes acionando uma mesma organização. Segundo o autor, o que precisa ser levado em consideração é a necessidade de especialização (no primeiro caso), e de convergência de propósito das reivindicações (no segundo) para que os representantes sejam capazes de influenciar o processo político.

Especificamente, para abordar sobre a participação, foram consideradas as percepções dos representantes das organizações de interesse sobre a participação dos membros da diretoria e dos representados. Quanto à participação dos representados, foram identificadas percepções diferenciadas. As justificativas para uma percepção negativa da participação remetem ao comportamento individualista, falta de entendimento quanto à importância da coletividade, falta de tempo, falta de percepção quanto aos benefícios da participação, falta de interesse, falta de compromisso (Entrevistado 04; Entrevistado 07; Entrevistado 11; Entrevistado 12; Entrevistado 23; Entrevistado 24, comunicação pessoal, 2019).

Por outro lado, as justificativas para uma percepção positiva da participação referem-se à credibilidade da diretoria, à flexibilidade quanto à participação e ao entendimento da participação como um momento para apresentar reivindicações (Entrevistado 19, comunicação pessoal, 2019).

Apesar das diferentes percepções apresentadas, constatou-se que a participação dos representados é pouca (Entrevistado 05; Entrevistado 13; Entrevistado 18, comunicação pessoal, 2019). Autores como Denzau e Munger (1986), Lowery e Gray (2004b) e Fisker (2015) defendem a necessidade da frequência, da participação e da apresentação de contribuições e reivindicações como forma dos representados interferirem nas questões que são deliberadas e posteriormente apresentadas às organizações públicas. Os interesses representados refletem as contribuições e reivindicações daqueles que se envolvem e participam das atividades promovidas. Assim, uma participação limitada implica numa representação de interesses também limitada, no sentido de referir-se ao que os representados participantes de reuniões e outras atividades consideraram como adequado para todo o setor.

No que tange à participação dos representantes, foram observadas informações sobre o quórum nas reuniões com a diretoria e com os representados. Sobre as reuniões com a diretoria observou-se o constante quórum, com número mínimo de participantes necessário para que as deliberações tenham validade. Em dois casos específicos, observou-se a formação de núcleos na diretoria, por representantes mais engajados com as

organizações de interesse. Esses núcleos são formados em função do afastamento de alguns diretores por fatores diversos como falta de tempo, interesse ou entendimento da importância de sua participação para o desenvolvimento da organização (Entrevistado 05; Entrevistado 12, comunicação pessoal, 2019).

Apesar de considerar satisfatória a participação dos representantes nas reuniões com a diretoria, esse resultado contraria o entendimento de Van Waarden (1992) no que se refere a concepção do papel e atividades dos representantes, pois eles têm a responsabilidade de participar das referidas reuniões, cumprindo, assim, com as atividades do cargo para o qual se voluntariaram. Em adição, Fisker (2015) comenta que esse contexto pode ter implicações negativas, uma vez que a frequência dos representantes interfere no processo de tomada de decisão, pois os representantes presentes é que vão definir o que é importante para os representados e para a organização de interesse.

Lowery e Gray (2004b) acrescentam que a participação dos representantes influencia na sua capacidade de interferir positivamente no processo político. Denzau e Munger (1986) afirmam que a qualidade da frequência dos representantes interfere no tipo de reivindicação a ser apresentada às organizações públicas. Assim, reforçando o entendimento de Van Waarden (1992), os representantes precisam cumprir seu papel, pois sua participação tem relação direta com o exercício da representação de interesses.

As informações supramencionadas sobre as implicações do relacionamento, especificamente a participação, no exercício da representação de interesses são fortalecidas quando se observa as reivindicações apresentadas e as ações realizadas.

No que diz respeito às reivindicações, considerou-se a percepção dos representantes buscando identificar informações sobre reivindicações do cotidiano e reivindicações de planejamento (VAN WAARDEN, 1992). Constatou-se que as reivindicações apresentadas pelos representados se referem a problemas ou situações do momento (Entrevistado 19; Entrevistado 20, comunicação pessoal, 2019), ou seja, são reivindicações do cotidiano. Não foram identificadas informações sobre a apresentação de reivindicações de planejamento por parte dos representados.

No que tange as reivindicações apresentadas pelos representantes, averiguou-se, a partir da análise das atas do COMTUR referentes ao período 2016-2019, que eles participam, uma vez que deliberam, juntamente com os demais presentes, sobre temas que influenciam a atividade turística. Entretanto, quando se focou na proposição de ações em prol do desenvolvimento do turismo, não foram identificadas informações que confirmassem a apresentação de reivindicações.

Em relação às ações realizadas, analisou-se a participação dos representantes no processo político com base em suas percepções, buscando identificar informações sobre ações do cotidiano e ações de planejamento (VAN WAARDEN, 1992). Identificou-se que, em Ouro Preto, políticas públicas formuladas têm relação com o planejamento da atividade e, em Tiradentes, com o ordenamento e regulamentação dessa atividade, as referidas políticas têm sinalizado gradual aumento de sua importância para a atividade turística. Especificamente, sobre as ações de planejamento, constatou-se que não foram formuladas políticas públicas em prol do turismo pelos representantes.

A esse respeito, Van Waarden (1992) chama a atenção para a necessidade dos representantes se empenharem em desenvolver ações de planejamento, tais ações referem-se à apresentação de reivindicações junto ao Estado, conquista de interesses e/ou reivindicações gerais, busca de influência direta ou indiretamente no processo político. A não proposição de ações de planejamento configura um descumprimento de uma importante atividade atribuída aos representantes, que tem como consequências o não atendimento de seus representados, o enfraquecimento da organização de interesse e a redução do envolvimento dos representados.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da percepção das potencialidades dos APLs para a promoção do desenvolvimento, destacou-se a necessidade de melhor compreender a representação, a partir de um *framework* conceitual e ilustrado para compreensão do objeto estudado no Turismo. Ressalta-se que a base desse *framework* está assentada teoricamente na representação de interesses, considerando como categorias analíticas-chave a estrutura e o viés (relacionamento, reivindicações e ações realizadas) em APLs do Turismo, aplicados empiricamente em destinos municipais como Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais.

Sobre a estrutura da representação de interesses, também se considerou a representação dos cidadãos por entender a necessidade de contemplação de seus interesses nas ações relativas ao turismo e por saber que para além das organizações de interesse de negócio, há as organizações de interesse do cidadão.

O desequilíbrio entre o número desses dois tipos de organização, comumente comentado nos estudos sobre representação de interesses, foi confirmado pelos achados desse estudo. O que torna necessário repetir o discurso dos autores que precedem este trabalho: A representação de interesses envolve três atores: o Estado, o cidadão e o representante da organização de interesses de negócio. Uma das atribuições do último é auxiliar

o Estado, por meio da proposição de ações para promoção do desenvolvimento territorial, a atender aos interesses do segundo.

E apesar das organizações de interesse de negócio estarem em maior número e serem mais institucionalizadas no turismo, foram identificadas situações que tendem a prejudicar o exercício da representação. Sustenta-se que a melhor alternativa de atuação para essas organizações é a especialização. Entretanto, quando se tem a necessidade de representar interesses diferenciados, como as associações comerciais analisadas (ACEOP e ASSET) o fazem, a especialização não é possível.

Assim, enfatiza-se a necessidade de uma diversidade de organizações de interesse atuando no setor do turismo de forma que as reivindicações de diferentes representados possam ser consideradas e, dentro das possibilidades do processo político, atendidas. Cabe comentar que a estrutura da representação de interesses tende a influenciar o relacionamento e fazê-lo de formas diferenciadas.

Sobre o relacionamento, foram confirmadas informações sobre o comportamento dos elementos que facilitam sua análise. Entretanto, tal confirmação não deve ser considerada como algo a ser inserido dentro da normalidade em termos de formas de exercício da representação de interesses. Ao contrário do que é observado em estudos precedentes, tanto em Ouro Preto quanto em Tiradentes, tem-se um contexto favorável ao exercício da representação, ou seja, canais de comunicação adequados, padrão de relacionamento ordenado e intenso, representantes envolvidos e motivados para atuar em prol do setor. Entretanto, em termos de resultado, nos APLs de Turismo analisados, os representantes não apresentaram reivindicações. Uma explicação pode ser um possível desconhecimento ou desconsideração dos deveres do representante. Optou-se por focar a participação para entender tal situação. Verificou-se que a participação dos representados é limitada e influenciada por interesses pontuais relativos à busca de solução para questões do cotidiano.

Os representados não abordam sobre o futuro do turismo. Sem a participação dos representados, não são identificadas reivindicações para alimentar o debate entre os representantes em termos de “O que é importante para os representados?” ou “Que ações devemos implementar para apoiar seu desenvolvimento?” para definir o que apresentar ao Estado como sendo uma reivindicação do setor.

A participação consiste no momento de troca em que os representados e os representantes devem deliberar, conjuntamente, sobre o futuro do APL de turismo. Mas sem essa participação, as informações apresentadas como sendo reivindicações do setor de turismo, são nada mais que a interpretação de um grupo reduzido de atores, e em sua maioria dos próprios representantes, sobre o que precisa ser feito para que esse setor desenvolva e contribua para o desenvolvimento de seu recorte territorial. Assim, com base nos resultados

e discussões, constatou-se que o contexto favorável para o relacionamento é importante e necessário, porém o exercício efetivo do papel dos representantes e representados é *conditio sine qua non* para o desenvolvimento dos APLs e do turismo per se nos municípios estudados. Apontamentos provavelmente passíveis de serem observados em outros territórios e setores produtivos, relevantes para a gestão de riscos, enfrentamento de crises e de efeitos negativos de situações de pandemia.

Nesse trabalho são apresentadas contribuições teóricas, práticas e sociais. São oferecidos entendimentos sobre a representação de interesses no contexto dos APLs de turismo, especificamente sobre sua estrutura e viés, bem como identificados elementos e fatores que auxiliam na sua compreensão. São identificados elementos que podem explicar o grau do viés da representação de interesses. Evidenciou-se que a partir do melhor atendimento das reivindicações dos representados, as ações propostas para o turismo serão mais efetivas e, conseqüentemente, tenderão a implicar positivamente no desenvolvimento do município. Além disso, como possível contribuição para orientações e abordagens metodológicas de futuras pesquisas sobre o tema APL, focalizado na representação de interesses, pode-se considerar o *framework* e as categorias analíticas apresentadas neste estudo.

Entretanto, apesar das contribuições também existiram limitações: dificuldade de acesso aos dados, falta de permissão para acessar os dados, dados disponibilizados de forma incompleta, indisponibilidade de possíveis sujeitos participantes da pesquisa, para exemplificar. Destaca-se que as alternativas para tais limitações foram buscadas. Somente em casos como a indisponibilidade dos sujeitos, não se identificou uma alternativa.

Diante do exposto, novas pesquisas podem ser prospectadas, principalmente partindo do viés da representação de interesses. Há possibilidade de estudos e de ações técnicas sobre a relação entre representação de interesses e: (i) o tipo de ator/rede que exerce a representação; (ii) o desenvolvimento da atividade turística; (iii) a existência de vínculos com organizações em níveis estadual, nacional e internacional; (iv) a representação política; (v) a governança multinível horizontal (intermunicipal) e/ou vertical (supramunicipal); e, (vi) dimensões territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade.

Todos esses estudos propostos como uma futura agenda nacional ou em conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Global 2030 das Nações Unidas podem ser abordados sobre bases geográficas e cartográficas. Somado a isso, esses estudos podem ser de forma multi ou interdisciplinar com outras áreas de conhecimentos afins, em articulação com instancias de governança e políticas públicas para

lidarem com problemas públicos e sociais cada vez mais complexos, além dos revelados e intensificados com os efeitos da pandemia COVID-19 em diferentes municípios.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), código de financiamento 001. Agradecimentos adicionais à equipe editorial e aos avaliadores anônimos pelas suas valiosas contribuições que repercutiram positivamente no presente artigo.

V. REFERÊNCIAS

- ALMOND, G. A. Corporatism, pluralism, and professional memory. *World politics*, v. 35, n. 2, p. 245-260, 1983.
- ANTERO, C. A. S. Compreensões da representação de interesses a partir da percepção dos representantes dos arranjos produtivos locais de turismo de Ouro Preto e Tiradentes, Minas Gerais. 2020. 149 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2020.
- ANTERO, C. A. S.; RODRIGUES, C. T.; EMMENDOERFER, M. L.; DALLABRIDA, V. R. Política Pública de Apoio ao Desenvolvimento de APLs uma Análise do Impacto em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 18, n. 1, p. 61-73, 2020.
- ANTERO, C. A. S.; EMMENDOERFER, M. L.; DALLABRIDA, V. R. Análise de efeito da política pública no desenvolvimento dos APLs de Minas Gerais. *Economia & Gestão*, v. 20, n. 56, p. 63-79, 2020.
- AYDALOT, P. *Milieus Innovateurs en Europa*. Paris: GREMI, 1986.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. *Snowball* (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba, PR. Anais [...] Curitiba, PR, 2011. p. 329-341.
- BAPTISTA, J. R. V.; ALVAREZ, V. M. P. Relações socioeconômicas em rede: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no Estado do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.113, p. 59-81, 2007.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- BECATTINI, G. O. Distrito Marshalliano: Uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.). *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994. p. 45-58.
- BINDERKRANTZ, A. S.; FISHER, H. M.; PEDERSEN, H. H. The rise of citizen groups? The mobilization and representation of Danish interest groups, 1975-2010. *Scandinavian Political Studies*, v. 39, n. 4, p. 291-311, 2016.

BRASIL. Ministério da Economia. Arranjos Produtivos Locais - APL. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjo_s-produtivos-locais-apl. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo 2019. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 29 abr. 2019.

CAMPOS, A. C.; TRINTIN, J. G.; VIDIGAL, V. G. Estrutura de Governança: o caso do arranjo produtivo local (APL) do setor de confecção de Maringá (PR). *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 134-155, 2009.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, p. 103-136, 2001.

CASTRO, M.; GONÇALVES, S. A. Contexto institucional de referência e governança de redes: estudo em arranjos produtivos locais do estado do Paraná. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, p. 1281-1304, 2014.

COOPER, D. R.; SHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

DALLABRIDA, V. R. Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4321334>

DENZAU, A. T.; MUNGER, M. C. Legislators and interest groups: How unorganized interests get represented. *American Political Science Review*, v. 80, n. 1, p. 89-106, 1986.

FISKER, H. M. Dead or alive? Explaining the long-term survival chances of interest groups. *West European Politics*, v. 38, n. 3, p. 709-729, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2014.962246>

GARONE, L. F.; MAFFIOLI, A.; NEGRI, J. A.; RODRIGUEZ, C. M.; VÁZQUEZ-BARÉ, G. Cluster development policy, SME's performance, and spillovers: evidence from Brazil. *Small Business Economics*, v. 44, n. 4, p. 925-948, 2015.

GRAY, V.; LOWERY, D. A niche theory of interest representation. *The Journal of Politics*, v. 58, n. 1, p. 91-111, 1996.

KHAN, U. Does Tourism Boost Economic Growth: Evidence from Italy. *International Journal of Economics & Business Administration (IJEBA)*, v. 8, n. 4, p. 214-222, 2020.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. Guidelines for performing systematic Literature reviews in software engineering. 2007. Disponível em: http://citeseerx.ist.psu.edu/view_doc/summary?doi=10.1.1.117.471. Acesso em: 29 set. 2019.

KNOKE, D.; YANG, S. *Social network analysis*. London: Sage Publications, 2019.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. nov. 2003. Disponível em: www.redesist.ie.ufrj.br. Acesso em: 24 mai. 2019.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. Análise de conteúdo. In: LAVILLE, C.; DIONNE, J. (orgs.) *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: ArtMed, 1999, p. 214-235.

LOWERY, D.; GRAY, V. A neopluralist perspective on research on organized interests. *Political Research Quarterly*, v. 57, n. 1, p. 164-175, 2004a.

LOWERY, D.; GRAY, V. Bias in the heavenly chorus: Interests in society and before government. *Journal of Theoretical Politics*, v. 16, n. 1, p. 5-29, 2004b.

MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MINAS GERAIS. Lei 16.296, de 01 de agosto de 2006. Institui a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e dá Outras Providências. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-16296-2006-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-apoio-aos-arranjos-produtivos-locais-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PITKIN, H. F. The concept of representation. Berkeley: University of California Press, 1967.

PORTER, M. E. Clusters and the new economics of competition. Cambridge: Harvard, 1998.

RHODES, R. A. W. *Policy networks*. Journal of Theoretical Politics, v.2, n.3, p. 293-317, 1990.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. Revista de Administração da UFSM, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. Ensaios FEE, v.18, n. 2, 164-200, 1997.

SILVA, A. D. F.; FERNANDES, N. C. M.; PAIVA JÚNIOR, F. G. Um arranjo produtivo local sob a perspectiva da teoria da regulação cultural: o caso do Porto Digital englobando o Portomídia. Organizações & Sociedade, v. 27, n. 93, p. 292-313, 2020.

SILVA, R. G.; MARTINELLI, D. P. Arranjos Produtivos Locais (APL) e Fatores Formadores das Dimensões do Desenvolvimento Local. Organizações & Sociedade, v. 28, p. 9-33, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9601PT>

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

SOUSA-SANTOS, T.; SILVA-PEREIRA, R. O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (mg), Brasil. EURE (Santiago), v. 46, n. 137, p. 113-133, 2020.

TEIXEIRA, F. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLs)? Organização & Sociedade, v. 15, n. 46, p. 57-75, 2008.

TOMAZZONI, E. L. Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

VAN WAARDEN, F. Dimensions and types of *policy networks*. European Journal of Political Research, v. 21, n. 1-2, p. 29-52, 1992.

XAVIER, T. R.; TOTTI, K. Á. S.; RADDATZ, S.; FLORES, M. Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Turismo: Visão e Ação, v. 23, p. 86-109, 2021.